

Nome	Leonan de Souza Braga
Cargo Pretendido	Engenheiro Ambiental
Situação	Inscrito
Data Requerimento	11 de outubro de 2022 13:15
Pleito	O candidato requer a revisão da pontuação atribuída ao Tempo de Experiência Real, com base na documentação anexada no ato de inscrição.
Análise	Após análise da documentação comprobatória anexada no ato de inscrição, constatou-se que deixamos de atribuir 59 (cinquenta e nove) pontos para o Tempo de Experiência Real, 37 (trinta e sete) pontos para o Tempo de Experiência Limite, mantendo inalterada a pontuação para títulos e certificados de cursos extracurriculares de 18 (dezoito) pontos, totalizando 55 (cinquenta e cinco) a pontuação final na lista de classificação prévia. Não pontuaram os certificados de cursos extracurriculares que não apontavam a carga horária no documento, conforme decisão da Comissão Organizadora do PSS.
RESULTADO REQUERIMENTO	DEFERIDO
BASE DO EDITAL	Item 9.1 – alíneas “b” e “c”.

Nome	Tatiana Akemi Sakagami
Cargo Pretendido	Engenharia Ambiental
Situação	Inscrito
Data Requerimento	11 de out. 23:03
Pleito	A candidata requer a revisão da pontuação atribuída ao tempo de experiência com base na documentação apresentada no ato de inscrição.
Análise	Após análise da documentação comprobatória do tempo de experiência anexado no ato da inscrição, constatou-se que alguns documentos não foram considerados na pontuação do tempo de serviço na área de atuação pretendida. Foram atribuídos mais 05 (cinco) pontos de Títulos e mais 11 (onze) meses para o tempo de experiência real
RESULTADO REQUERIMENTO	DEFERIDO
BASE DO EDITAL	Item 9.1 – alínea “b” e “c”.

Em conformidade com o item 9.7 do Edital não foram aceitos e deliberados os recursos recebidos via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, conforme item 9.8 do Edital. As listas contendo o resultado final da classificação dos candidatos, incluindo os recursos ora deferidos/indeferidos serão publicadas no DOC, em 12/11/2022, conforme Anexo IV do Edital – Retificação nº 005/2022, publicado no DOC, em 25/10/2022.

- Adriana Siano Boggio Biazi
 Presidente da Comissão
 Alvaro de Souza e Silva
 Membro
 Camila Valezi
 Membro
 Eliana Mariano Franco
 Membro
 Handreza Roberta de Toledo Carvalho
 Membro
 Jaime Goncalves da Silva
 Membro
 Jorge Bayerlein
 Membro
 Raul Garcia Neto
 Membro
 Rebeca Vieira Policastro
 Membro
 Selma Barros dos Santos Dias
 Membro

EDITAIS

GABINETE DO PREFEITO

CASA CIVIL

CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - COMAP

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – COMAP REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

Ao dia 04 do mês de novembro do ano de 2022, às 11 horas e 30 minutos, sob a presidência do Senhor Fabrício Cobra Arbex, Casa Civil, realizou-se a 27ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Administração Pública – COMAP de 2022, na sala de reuniões do nono andar, estando presentes os seguintes membros: Tatiana Regina Rennó Sutto, de SGM, Maria Lucia Palma Latorre de SMJ, Paola Kuhn Dupont do Gabinete do Prefeito e Raissa Marques Agostinho do Gabinete do Prefeito. O Conselho foi instituído pelo Decreto nº. 50.514, de 20 de março de 2009, e posteriores alterações e seus membros nomeados por meio da Portaria 161 – SGM, de 11 de julho de 2019, bem como por suas respectivas alterações. A ata possui número SEI 6010.2022/0003727-7.

Dado início a 27ª Reunião Extraordinária de 2022, seguem abaixo o resumo das deliberações:

1. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações formalizadas pelas diversas entidades da Administração Pública Indireta e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas, as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto nº 50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem como, ao Decreto nº 53.177/2012:

PROCESSO SEI	SECRETARIA	NOME
6310.2022/0005259-5	IPREM	ADRIANA NEPOMUCENO GUIDO
6310.2022/0005259-5	IPREM	ANA PAULA REZZUTTI ROSSI FIGUEIREDO
6310.2022/0005259-5	IPREM	ANALIA DOS SANTOS SILVA
6310.2022/0005259-5	IPREM	ANDRÉ GUERREIRO
6310.2022/0005259-5	IPREM	BRUNA DE SOUSA ALVES
6310.2022/0005259-5	IPREM	BRUNO LEME FERREIRA DA SILVA
6310.2022/0005259-5	IPREM	CAMILLA BEATRIZ AMORIM DOS SANTOS
6310.2022/0005259-5	IPREM	CARLA RENATA COLLETES DOS SANTOS FREITAS
6310.2022/0005259-5	IPREM	CARLOS RIBEIRO DE OLIVEIRA
6310.2022/0005259-5	IPREM	CAROLINA OLIVEIRA CAETANO
6310.2022/0005259-5	IPREM	DIRCE APARECIDA MARTINS GALEOTE MOLERO DE OLIVEIRA
6310.2022/0005259-5	IPREM	EDNEI FOZ
6310.2022/0005259-5	IPREM	ELIZA APARECIDA GOMES DA SILVEIRA
6310.2022/0005259-5	IPREM	EMILIA YUMIKO MORIYA OLIVEIRA
6310.2022/0005259-5	IPREM	FABIANA NUNES DE ALMEIDA
6310.2022/0005259-5	IPREM	FABIO HENRIQUE PELLIGOTTI
6310.2022/0005259-5	IPREM	GLSIAINE GONÇALVES DOS SANTOS
6310.2022/0005259-5	IPREM	JOSÉ ANTONIO GUIMARÃES
6310.2022/0005259-5	IPREM	JOYCE LUZIANA CORREA
6310.2022/0005259-5	IPREM	MARCELO ALVES DOS SANTOS

6310.2022/0005259-5	IPREM	MARIA APARECIDA CARDOSO DA SILVA
6310.2022/0005259-5	IPREM	MARIA BERNADETE DE OLIVEIRA FURTADO FINCATTI
6310.2022/0005259-5	IPREM	MARIA CONCEIÇÃO RODRIGUES
6310.2022/0005259-5	IPREM	MARIA DE FÁTIMA IVANECHTCHUK GOMES
6310.2022/0005259-5	IPREM	MARILDA GONÇALVES SOUZA DE PAULA
6310.2022/0005259-5	IPREM	MONICA PANTAROTTI
6310.2022/0005259-5	IPREM	PATRICIA SAYURI SAKAMOTO MASSUDA
6310.2022/0005259-5	IPREM	RENATO PINCOVAI
6310.2022/0005259-5	IPREM	RICARDO QUILLES DE OLIVEIRA
6310.2022/0005259-5	IPREM	RODRIGO PEREIRA DE MATTOS
6310.2022/0005259-5	IPREM	ROSAINA DA SILVA FIGUEREDO MENDES
6310.2022/0005259-5	IPREM	ROSELY SUMIE TARUMA
6310.2022/0005259-5	IPREM	ROSEMEIRE GUERREIRO
6310.2022/0005259-5	IPREM	SABRINA MAUREN SAMPAIO
6310.2022/0005259-5	IPREM	SERGIO LUIZ DOS SANTOS
6310.2022/0005259-5	IPREM	SOLANGE FERREIRA BRAGA
6310.2022/0005259-5	IPREM	STEPHANIE PRISCILLA OLIVEIRA DE MORAES
6310.2022/0005259-5	IPREM	SUZANIE NOBERTO LOPES
6310.2022/0005259-5	IPREM	SUZANNE CORREIA MANNO MALTA
6310.2022/0005259-5	IPREM	TÂNIA CRISTINA DE OLIVEIRA
6310.2022/0005259-5	IPREM	TIHIRO KAWAKAMI
6310.2022/0005259-5	IPREM	VALERIA APARECIDA CATOSI MADEIRA
6310.2022/0005259-5	IPREM	VICTOR MARTINEZ OLIVEIRA
6310.2022/0005316-8	IPREM	ANDREA ALECRINA ROCHA
6310.2022/0005316-8	IPREM	CAMILA MAYARA GASPAP SERAFIM
6310.2022/0005316-8	IPREM	MELANY DE OLIVEIRA
6310.2022/0005316-8	IPREM	ZILDA APARECIDA PETRUCCI

2. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi por todos os membros assinada.

MEMBROS	ÓRGÃO
Fabrício Cobra Arbex	CASA CIVIL
Paola Kuhn Dupont	GABINETE DO PREFEITO
Raissa Marques Agostinho	GABINETE DO PREFEITO
Maria Lucia Palma Latorre	SMJ
Tatiana Regina Rennó Sutto	SGM

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO

GABINETE DA SECRETÁRIA

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

COMUNICADO 6064.2020/0000694-1

A Coordenadoria de Segurança Alimentar (COSAN), com base nas informações prestadas pela coordenação do Programa Municipal Banco de Alimentos – PMBA (doc. SEI 073362125), comunica o balanço mensal das arrecadações e doações realizadas no âmbito do Programa Municipal Banco de Alimentos – PMBA, de acordo com Art. 11 da Portaria SMDet n. 08, de 17 de junho de 2020 – Referente ao mês de outubro de 2022.

No mês de outubro foram recebidos 49.725,13 Kg de alimentos e doados 31.131,70 Kg de alimentos para as 77 entidades atendidas no respectivo mês.

Doadores do mês de outubro/2022:
 Nome do doador
 Programa Combate Ao Desperdício/ COSAN/ SMDET
 Frubana Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda.
 Carrefour Comercio E Indústria Ltda.
 Atacado Distribuição Comercio E Indústria Ltda.
 Sonda Supermercados Exportação E Importação S.A.
 Fundo Social de São Paulo
 Moustache Beams Ltda.
 Rossi Supermercados
 Outros doadores pessoa física e anônimos
 Conselho Regional de Nutricionistas 3
 Entidades atendidas no mês de outubro/2022:

- ID NOME DA ENTIDADE
 6 ASSOCIACAO COMUNITÁRIA CASA DOS DEFICIENTES DE SAO MIGUEL - ACDEMSP
 7 ASSOCIACAO DE MAES DO JARDIM CINCO DE JULHO
 9 ASSOCIACAO ILE ACHE OMO ODE
 15 MITRA DIOCESANA DE SAO MIGUEL PAULISTA PAROQUIA SAO CARLOS BARROMEU
 23 ASSOCIACAO BENEFICENTE MUNDO ENCANTADO
 28 FRATERNIDADE IRMA CLARA
 29 FUNDACAO JOVEM PROFISSIONAL
 33 ASSOCIACAO RESPLENDOR CASA DE APOIO PARA PORTADORES DO VIRUS HIV
 37 ABAI - ASSOCIACAO BENEFICENTE ARCO ÍRIS
 39 CLUBE DE MAES RAIOS DE LUAR
 48 ASSOCIACAO CLUBE DE MAES DO JARDIM SAPOEMBA
 51 ASSOCIACAO RESPLANDECER A ORDEM E O DIREITO DE NASCER A ESPERANCA E A IGUALDADE – R.O.D.N.E.I.
 53 CRECHE IMACULADA CORACAO DE MARIA DO JARDIM PRINCESA
 54 ASSOCIACAO BENEFICENTE DOS MORADORES DA VILA GUSTAVO
 60 ASSOCIACAO UNIAO FAROL DO ALVORECER
 62 ASSOCIACAO ADELAIDE FERREIRA
 66 CENTRO CONVIVENCIA INFANCIA JUVENTUDE THOMAZ GOUVEIA NETTO
 67 ASSOCIACAO COMUNITARIA CONJUNTO GARAGEM FORCA E RACA
 69 INSTITUTO VIVA TAIPAS
 70 OBRA SOCIAL DA PARÓQUIA SAO MATEUS APÓSTOLO
 73 ASSOCIACAO COMUNITÁRIA SEGUNDO MANDAMENTO
 74 CENTRO DE APOIO AO ADOLESCENTE DO JARDIM DAS OLIVEIRAS
 81 ONG JOAO VICTOR
 86 OBRAS SOCIAIS NOSSA SENHORA AQUIROPITA
 97 CENTRO DE EDUCACAO SOCIAL FORCA DA MULHER
 101 CASA DE DAVID TABERNÁCULO ESPÍRITA PARA EXCEPCIONAIS
 112 IGREJA EVANGELICA MANANCIAL FONTE DE ÁGUA VIVA
 121 ASSOCIACAO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DO CONJUNTO RESIDENCIAL ITAJUIBE
 124 INSTITUTO SOLID ROCK BRASIL
 139 ASSOCIACAO BRASIL MELHOR
 140 PROVIDORIA DA COMUNIDADE PORTUGUESA DE SAO PAULO
 145 ASSOCIACAO BENEFICENTE CURUMIM RAIOS DE LUZ
 152 SOCIEDADE BENEFICENTE NÚCLEO RECREATIVO DAS MAES CARENTES JD. AURORA
 153 INSTITUTO PORTAL DA CIDADANIA JABAQUARA
 155 ASSOCIACAO BENEFICENTE DO JARDIM BANDEIRANTES
 157 CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO DE PERUS
 165 INSTITUTO DIVINA FLOR
 167 ASSOCIACAO DOS MORADORES DA COMUNIDADE MORADIA DA ESPERANCA E ADJACENCIAS
 173 ASSOCIACAO BENEFICENTE UNIAO DA FE
 175 ASSOCIACAO BENEFICENTE VILA ARAGUAIA
 178 ASSOCIACAO BENEFICENTE COMUNITÁRIA BEM QUERER RÜNDEIME DE TOGUN
 199 IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL DEUS PURO PODER
 223 ASSOCIACAO DOS MORADORES DA VILA NELSON CRUZ
 233 ASSOCIACAO CRESCENDO NA GRACA E NO CONHECIMENTO
 242 IGREJA DO EVANGELHO PLENO EM CRISTO
 245 ASSOCIACAO BRASILEIRA DE PIPAS
 250 ASSOCIACAO BENEFICENTE MULHERES VOLUNTARIOSAS
 253 ASSOCIACAO DOS CIDADÃOS UNIDOS DA ZONA LESTE
 259 INSTITUTO CASA ALMEIDA
 286 ASSOCIACAO DA COMUNIDADE JARDIM TIRO AO POMBO
 293 FÓRUM DOS MULTIRÔES DE SAO PAULO
 294 ASSOCIACAO BENEFICENTE JUVENTUDE EVANGELICA UNIDA POR SAO PAULO
 300 ASSOCIACAO CRIANDO UM PROGRESSO
 303 CENTRO SOCIAL LEAO XIII -
 309 NÚCLEO CRISTAO CIDADANIA E VIDA - NCCV,
 317 ASSOCIACAO DE AMIGOS DO JARDIM NOSSA SENHORA DO CARMO DA ZONA LESTE
 322 ASSOCIACAO ESPORTE CLUBE SOARES CIDADE TIRADENTES
 323 ONG FENIX ZONA SUL
 324 CAZACA FUTEBOL CLUBE
 330 CASA DE LEI MÃE YEMANJA E PAI BENEDITO DAS ALMAS
 334 ZKGE ASSOCIACAO BENEFICENTE
 339 MINISTERIO DE EVANGELIZACAO PENTECOSTAL JESUS TE AMA
 341 INSTITUTO RECRIAR EDUCAR E SABER
 345 INSTITUTO GRANDE VITORIA
 350 INSTITUTO RESGATA CIDADÃO
 351 ASSOCIACAO COMUNITÁRIA E EDUCACIONAL MARIA DE NAZARE
 352 AÇÃO SOCIAL DE APOIO AOS MORADORES DO CANTINHO DO CÉU E ADJACENCIAS
 361 ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CLUBE DE MAES AÇÃO FAMILIAS
 366 SEMPRE VITA - GRUPO ESPECIALIZADO EM APOIO A PACIENTES EM TERAPIA NUTRICIONAL E SEUS FAMILIARES
 368 ASSOCIAÇÃO CRECHE DA TIA D
 373 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ESTAÇÃO GUARANI
 378 INSTITUTO CULTURAL ESPORTIVO EDUCACIONAL E DE CAPACITAÇÃO COMUNITARIA
 386 ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EDUCARTE
 389 ACPMD - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PARQUE MARIA DOMITILA
 392 ASSOCIAÇÃO SONHOS REAIS
 398 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA FAVELA JARDIM VISTA ALEGRE

- 392 ASSOCIAÇÃO SONHOS REAIS
 398 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA FAVELA JARDIM VISTA ALEGRE
 392 ASSOCIAÇÃO SONHOS REAIS
 398 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA FAVELA JARDIM VISTA ALEGRE

FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

GABINETE DIRETOR GERAL

DESPACHOS DA DIRETORA DESPACHO AUTORIZATÓRIO SEI nº8110.2019/0000458-5

ASSUNTO: Processo seletivo de ingresso de novos alunos na Escola Municipal de Educação Profissional de Saúde Pública Professor Makiguti, para o primeiro semestre de 2023.

I - A vista dos elementos contidos no presente e nos termos da competência delegada pela Lei Municipal nº 16.115/2015 e no Decreto Municipal nº 56.507/2015, em especial a manifestação da Comissão Especial (Documento SEI nº 073176919 e 073406639) e parecer da Assessoria Técnico-Jurídica (Parecer FUNDATÉCAJ nº 073276754 e Encaminhamento nº 073405605), os quais adoto como razão de decidir, AUTORIZO, a utilização do EDITAL em SEI nº 073406628, para realização

de processo seletivo pde ingresso de novos alunos na Escola Municipal de Educação Profissional de Saúde Pública Professor Makiguti, para o primeiro semestre de 2023.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABINETE DA SECRETÁRIA

6074.2018/0000682-9

Notificação de Prestação de Contas nº 059/2022/SMDHC/DP/DAC - MROSC
 Notificamos o Representante Legal da OSC Fundação Dorina Nowill Para Cegos, CNPJ: 60.507.100/0001-30, situada na Rua Doutor Diogo de Faria, nº 558, Vila Clementino - São Paulo/SP, referente ao projeto: "Autonomia e Independência para Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual", Termo de Fomento: nº 040/2018/SMDHC constante do Processo nº 6074.2018/0000682-9 para apresentar documentação complementar em relação ao referido projeto.

O prazo para atendimento à presente notificação é de 15 (quinze) dias corridos, a partir da publicação. Decorrido o prazo sem que haja manifestação, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

6074.2018/0001036-2

Notificação de Prestação de Contas nº 058/2022/SMDHC/DP/DAC - MROSC
 Notificamos o Representante Legal da OSC Associação Educacional e Assistencial Casa do Zézinho, CNPJ: 74.566.035/0001-29, situada na Rua Anália Dolácio Albino, nº 30 - Parque Maria Helena - São Paulo/SP, referente ao projeto: "Cores e Família", Termo de Fomento: nº 062/2018/SMDHC constante do Processo nº 6074.2018/0001036-2 para apresentar documentação complementar em relação ao referido projeto.

O prazo para atendimento à presente notificação é de 15 (quinze) dias corridos, a partir da publicação. Decorrido o prazo sem que haja manifestação, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

6074.2018/0000811-2

Notificação de Prestação de Contas nº 057/2022/SMDHC/DP/DAC - MROSC
 Notificamos o Representante Legal da OSC Associação Instrutora da Juventude Feminina – Instituto Sedes Sapientiae, CNPJ: 60.533.940/0012-20, situada na Rua Ministro Godoy, 1484, Perdizes – São Paulo/SP, referente ao projeto: "Prevenção, Capacitação nas Situações de Violência e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes", Termo de Fomento: nº 045/2018/SMDHC constante do Processo nº 6074.2018/0000811-2 para apresentar documentação complementar em relação ao referido projeto.

O prazo para atendimento à presente notificação é de 15 (quinze) dias corridos, a partir da publicação. Decorrido o prazo sem que haja manifestação, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES

ATA 01 – 02.03.2022

Aos dois dias de março de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quorum o estabelecimento da reunião foi adiado para as 17:30 quando novamente não foi verificado o quorum de deliberação necessário não tendo sido possível estabelecer formalmente a reunião. Ainda assim, as conselheiras presentes levantaram alguns debates sobre os procedimentos necessários para o início dos trabalhos do ano de 2022, bem como algumas pontuações sobre a participação de todas, metodos de reunião, horários e etc.

ATA 02 – 14.03.2022

Aos quatorze dias de março de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:30 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quorum o estabelecimento da reunião foi adiado para as 18:00 quando novamente não foi verificado o quorum de deliberação necessário não tendo sido possível estabelecer formalmente a reunião. Ainda assim, as conselheiras presentes levantaram alguns debates sobre os procedimentos necessários para o início dos trabalhos do ano de 2022, bem como algumas pontuações sobre a participação de todas. Em razão da segunda tentativa de reunião a Conselheira Roberta Tasselli se voluntariou para mapear as dificuldades de participação de todas por meio da elaboração de um formulário Google. Ficou acordado entre as presentes, sem caráter de deliberação formal, que o formulário seria compartilhado entre as conselheiras de forma a determinar a melhor data e horário para a proxima tentativa de reunião.

ATA 03 – 28.03.2022

Aos vinte e oito dias de março de dois mil e vinte e dois reuniram-se, às 17h30min, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams da Microsoft. Em razão da insuficiência de quorum o estabelecimento da reunião foi adiado para as 18:00 quando então foi estabelecida a reunião após a verificação do quorum necessário. Os trabalhos foram iniciados com o esclarecimento sobre as pautas do dia; votação da composição da mesa diretora e aprovação do calendário anual de atividades. Heloisa informou que as cadeiras a serem votadas eras as de vice-presidência, segunda e terceira secretaria, ficando a critério do governo a indicação da presidência e da cadeira de primeira secretaria. Observando o princípio da alternância de representação, Ana Cristina informou ao pleno que a indicação do governo para a cadeira de presidência foi a de indicá-la para a representação, em seguida informou que a indicação de primeira secretária será deliberada e informada ao pleno. Heloisa informou à todas que a votação para as cadeiras ainda não ocupadas seria restrita à iguais, ou seja, somente as conselheiras de sociedade civil devem votar para a eleição das cadeiras de segunda e terceira secretaria, além da eleição de vice-presidente. Após os esclarecimentos, a Conselheira Adriana Oliveira indicou a proposta de ocupação das posições da mesa diretora da seguinte maneira: Adriana Oliveira – Vice Presidência, Claudia Rodrigues – Segunda secretária, Adriana Pereira – Terceira Secretária. As proposta foi provada pelas conselheiras da sociedade civil por unanimidade. Ana Cristina formalizou que a indicação da secretaria executiva do CPMMP seguiria sem alterações, seguindo Heloisa como secretária. Dessa forma após a eleição a composição da mesa diretora ficou definida da seguinte maneira: Presidente – Ana Cristina (SMDHC) Vice-Presidente – Adriana Oliveira Magalhães (CUT), 1º Sec – Indicação a ser realizada por SMDHC, 2º Sec – Claudia Rodrigues (UBM), 3º Sec – Adriana Pereira (Sul). Encerrados os procedimentos de votação da Mesa diretora, as conselheiras passaram a debater sobre as propostas relacionadas ao calendário anual de atividades. A conselheira Roberta Tasseli apresentou os resultados das respostas do formulário divulgado entre todas as conselheiras que indicou uma maioria de respondentes optando por reuniões online no fim da tarde. Houve um pequeno debate sobre a possibilidade da reaplicação do formulário que ficou superada pelo entendimento de que não deveria ser reaplicado. Dessa forma foi colocado em votação a proposta de realização das reuniões todas as últimas segundas-feiras do ano, em ambiente virtual começando às 17:30. Como de prache a pauta é colocada para a avaliação

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

documento assinado digitalmente

das conselheiras que, caso signatárias permanecem sem a manifestação, ou em caso de contrariedade se manifestam. A Conselheiras Amanda manifestou sua contrariedade em relação ao horário, seguida pela conselheira Taise, a conselheira Fatima também indicou contrariedade em relação à escolha do dia. Após algumas manifestações e um pequeno debate sobre o tema, foram colocadas em votação as seguintes opções de votação relacionadas à periodicidade e horário da reunião: (I) Todas as últimas segundas-feiras do mês das 14h - 16h30, 2 VOTOS (II) Todas as últimas segundas-feiras do mês das 16h - 18h30, 8 VOTOS (III) Todas as últimas segundas-feiras do mês 17h00 - 19h30 2 VOTOS (IV) Todas as últimas segundas-feiras do mês 19h00 - 21h00. 0 VOTOS (V) Todas as últimas terças-feiras do mês 16h00 - 18h30, 2 VOTOS (VI) Todas as últimas terças-feiras do mês 17h - 19h30, 5 VOTOS (VII) Todas as últimas terças-feiras do mês 19h00 - 21h00. 0 VOTOS (VIII) Todos os últimos sábados do mês 9h00 - 12h00 0 VOTOS ou (IX) Todos os últimos sábados do mês das 14h00 - 16h00. 0 VOTOS A proposta vencedora foi a (II) Todas as últimas segundas-feiras do mês das 16h - 18h30 que acumulou 8 votos. Dessa forma o calendário anual das reuniões ordinárias ficou definido como encontros em 25/04/2022, 30/05/2022, 27/06/2022, 25/07/2022, 29/08/2022, 26/09/2022, 28/10/2022, 31/10/2022, 28/11/2022 e 12/12/2022. A Conselheira Claudia Rodrigues, fazendo o uso da palavra observou que caso não haja quorum nas reuniões posteriores em sua opinião esse calendário aprovado deve ser revisto, e deixou essa sugestão de avaliação para as próximas reuniões. Não havendo nada mais a ser tratado a reunião foi encerrada.

ATA 04 – 25.04.2022

Aos vinte e cinco dias de abril de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:30 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quórum o estabelecimento da reunião foi adiado para as 18:00 quando novamente não foi verificado o quórum de deliberação necessário não tendo sido possível estabelecer formalmente a reunião. Ainda assim, as conselheiras presentes levantaram alguns debates sobre os procedimentos necessários para o início dos trabalhos do ano de 2022, bem como algumas pontuações sobre a participação de todas. Em razão da segunda tentativa de reunião, a Conselheira Roberta Tasselli se voluntariou para mapear as dificuldades de participação de todas por meio da elaboração de um formulário Google. Ficou acordado entre as presentes, sem caráter de deliberação formal, que o formulário seria compartilhado entre as conselheiras de forma a determinar a melhor data e horário para a próxima tentativa de reunião.

ATA 05 – 30.05.2022

Aos trinta dias de maio de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quórum, o estabelecimento da reunião foi adiado para as 17:30, quando foi verificado o quórum de deliberação necessário. A primeira pauta discutida foi a alteração do regimento interno, que foi debatida informalmente na última reunião do Conselho, onde a mesa diretora ficou responsável de realizar a revisão do texto com as novas alterações. A secretária Heloisa apresentou para as conselheiras o novo texto e as modificações que a mesa diretora considerou factível e viável, em especial a questão do quórum. Alteração do art. 7º: de metade do conselho para 1/3, de segunda chamada em trinta minutos para segunda chamada em até 30 minutos, considerando-se o mesmo número para efeitos de votação. Foi aberta uma votação para aprovação do novo texto regimental que dita sobre o funcionamento das reuniões e o texto foi aprovado com 16 votos. A segunda pauta foi trazida pela conselheira Adriana e pela Patrícia de SMADS e trata a respeito da segurança das funcionárias nos Centros de Defesa e de Convivência da Mulher Casa Anastácia, onde foram observadas várias denúncias de ameaça e perseguição nos entornos do equipamento. Essa perseguição se dava por cunho político, e foi solicitada a SMADS que realizasse um patrulhamento 24hrs, excendendo portanto, o período de atendimento da Casa. Existem outros equipamentos em diálogo nesse caso, como a SAS e o CREAS que também estão realizando o acompanhamento desse caso, sendo assim, será feita uma visitação ao território para análise e encaminhamento futuros desse processo por meio do SEI. Patrícia irá realizar o monitoramento desse caso e irá trazer, na reunião seguinte, uma devolutiva a respeito da tramitação. Em seguida, foi lembrada uma pauta também já conversada informalmente na reunião anterior referente a uma apresentação das conselheiras representantes do governo. A fim de melhorar e estabelecer um diálogo entre as conselheiras representantes do governo e da sociedade civil e gerar um compartilhamento com troca de informações, foi acordado que as conselheiras do governo irão realizar uma breve e simples apresentação das iniciativas que são realizadas em suas respectivas pautas que versam sobre a pauta de mulheres. Algumas conselheiras tiraram dúvidas sobre os formatos de apresentação e outras demais questões pertinentes. A reunião de apresentação será feita de pauta única. A CPM ficou responsável por gerar um documento de acompanhamento das metas e objetivos do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, e irá gerar um ofício solicitando informações sobre o desenvolvimento das ações do plano para as secretarias.

ENCAMINHAMENTOS: Na reunião de junho de 2022 cada conselheira de governo fará uso da palavra para compartilhar com seus pares as informações que lhe forem acessíveis sobre a existência e a execução de ações e iniciativas voltadas para as mulheres em suas respectivas pastas. Paralelamente, o Conselho oficiará às secretarias pedidos de dados de acordo com as metas do Plano. Além disso, a Coordenação de Políticas para Mulheres irá apresentar o seu plano de monitoramento do Plano Municipal de Políticas para Mulheres.

ATA 06 – 27.06.2022

Aos vinte e sete dias de junho de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para as 17:30. Por conta do não estabelecimento do mesmo, seguiu-se informalmente com a apresentação das políticas relacionadas a mulheres das diferentes secretarias do governo pela secretária Heloisa.

ATA 07 – 25.07.2022

Aos vinte e cinco dias de julho de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:30. Na reunião em questão não houve nenhum pedido ou solicitação de pauta por e-mail. A conselheira Adriana tomou então a palavra e citou a aprovação da ata da última reunião pela mesa diretora. Em seguida, a conselheira Roberta levantou um questionamento referente ao retorno dos ofícios encaminhados às secretarias, e a secretária Heloisa informou que não houve devolutiva por parte de nenhuma secretaria. Foi sugerido que fosse feito um segundo contato com as conselheiras das pastas que não deram retorno e também de fazer um reforço dos ofícios já enviados para que haja uma consolidação desses dados. Em um momento posterior da reunião, Ana Cristina trouxe uma sugestão de reenviar esses ofícios sem respostas diretamente para os chefes de gabinete, e não para as áreas técnicas, como já foi feito. Também foi levantada uma pauta de urgência pela Ana Cristina, sobre a composição de uma comissão eleitoral para a eleição do CPM. A gestão está prorrogada este ano, numa decisão que foi aprovada em pleno, mas é necessário fazer a votação até o fim de 2022 para a nova gestão de 2023.

Por isso, é preciso montar uma comissão eleitoral com uma representante de cada segmento (no mínimo) para começar a discutir os termos da eleição. A secretária Heloisa relembrou que na última eleição em 2019 foram organizados 16 pontos de votação, localizados em subprefeituras e nos CRM's. O voto foi em cédula em urnas de pano emprestadas pelo sindicato dos comerciários, e cerca de 2500 mulheres participaram do processo de votação. Em seguida, explicou como funciona o processo eleitoral: o processo de candidatura funciona por meio de edital de chamamento. O CPM se reúne, forma-se uma comissão eleitoral, essa comissão aprova o regimento da eleição e posteriormente, o edital de chamamento fica aberto por um período para o recebimento de candidaturas. Ao fim do prazo, a comissão eleitoral homologa as candidaturas, elas têm o período pré campanha, se estabelece uma data da votação, seguidos da apuração e divulgação de resultado. A comissão eleitoral precisa ser composta por uma representante de cada segmento no mínimo, ou seja, uma representante das entidades mistas, uma representante das entidades feministas, uma representante das conselheiras de governo e uma representante das conselheiras regionais. Dessa forma, cria-se a comissão eleitoral, e está se reúne para aprovar os documentos e fazer o acompanhamento do processo de construção do processo eleitoral. Nesse sentido, a conselheira Adriana propôs chamar já para a próxima reunião a constituição da comissão eleitoral seguindo os critérios estabelecidos para que as organizações possam fazer as indicações das representantes na próxima reunião e propor o formato da eleição. Sugeriu ser do modo presencial, como foi a última, ao final de novembro/início de dezembro, além da construção de um calendário de reuniões da comissão e questionou como seria o modelo de edital de chamamento. Heloisa respondeu ressaltando que o conselho já possui o modelo de 2019, que caso fosse aprovado pelas membras do conselho, a utilização deste modelo para esse ano também tornaria o processo mais simplificado. Assim, a comissão discute estrutura, submete por pleno, o pleno aprovando, já é possível a viabilização. Foi sugerido que já se realizasse um levantamento prévio das conselheiras que estivessem interessadas em fazer parte da reunião por conta da dificuldade do estabelecimento de quórum nas reuniões. As interessadas manifestaram-se no chat da videochamada, assim como ficou encaminhado que as conselheiras que estiveram ausentes na reunião se manifestassem por e-mail e via grupo de WhatsApp. Ficou decidido que o fechamento da comissão será na próxima reunião, desde que haja quórum estabelecido. Em seguida, a conselheira Fátima demonstrou preocupação quanto a realização de uma eleição nesse momento, tendo em vista as demandas relacionadas às eleições gerais, por exemplo. A conselheira Roberta afirmou que a viabilidade da realização ou não da eleição caberia à comissão discutir, no entanto, ressaltou a questão do quórum das reuniões que tem tido dificuldade para ser alcançado. Em seguida deu a sugestão de que haja uma deliberação para que caso na próxima reunião ordinária não houvesse quórum, a votação da comissão fosse realizada de forma online. A conselheira Melissa concordou com o posicionamento de Fátima, e afirmou ser importante ter um cronograma já na próxima reunião, mas que seria interessante que as eleições fossem apenas posteriormente, como no início do ano que vem, por exemplo. Além disso, acredita que por conta de diversos fatores, a eleição do CPM neste ano fica inviável. Ana Cristina, pensando no que foi dito pelas demais, trouxe a sugestão de uma reunião extraordinária de pauta única ainda em agosto para fazer um levantamento das interessadas, verificar o quanto as conselheiras estão envolvidas, etc. para o próximo pleno já estar mais alinhado. Regina da Secretaria Municipal da Justiça concordou com o posicionamento de Ana Cristina sobre o estabelecimento de uma reunião no dia 10 de agosto, pois desta forma todas terão ciência e não ocorrerá o risco de ter algum ato anulado em decorrência daquilo que não foi proposto e nem colocado em pauta anteriormente. A secretária Heloisa consolidou as propostas para a votação: i. proposta de apresentação prévia de quem tem interesse; ii. em caso de não observância do quórum na próxima reunião, a deliberação sobre a composição da comissão eleitoral vai se dar por meio eletrônico, e por fim iii: proposta de uma reunião extraordinária para o dia 10 de agosto para tratar da pauta da eleição. Ambas as propostas foram amplamente aceitas pelo Pleno sem objeções. Roberta, representante das do grupo Mulheres do Brasil (entidade feminista), Eliane de Cássia, representante de MDM - Movimento pelo Direito à Moradia (entidade mista), Fátima dos Santos, representante de UMMS - União dos Mov. de Moradia/São Paulo e Interior (entidade mista) e Adriana Pereira, conselheira regional da zona sul, manifestaram interesse em compor a comissão. A conselheira suplente da equipe de governo aberto também manifestou interesse, porém afirmou que primeiro vai confirmar com a conselheira oficial se existe essa possibilidade. Heloisa também citou que houve retorno do ofício da Secretaria de Segurança, mas por conta do horário da reunião, as conselheiras preferiram que fosse encaminhado por e-mail, e será incluído como pauta do próximo pleno.

ENCAMINHAMENTOS:

* Fazer o reforço dos ofícios por e-mail e incluir essa pauta na próxima reunião, com envio para os chefes de gabinete das áreas em questão e também o acionamento das conselheiras das respectivas pastas.

* Na próxima reunião, as entidades e as conselheiras virão com as indicações das candidaturas para participar ou não da comissão, além da elaboração de um calendário de atividades eleitorais do conselho.

* Reunião extraordinária no dia 10 de agosto para definição de calendário e também composição da comissão eleitoral.

ATA 08 – 10.08.2022

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:10, quando esta pôde ser estabelecida. Na reunião em questão, Ana Cristina deu início introduzindo a pauta única, apresentando sua experiência na organização das eleições do Conselho em 2019. Naquele ano, a comissão eleitoral validou por meio de referendos tanto as candidatas de governo quanto as candidatas da sociedade civil, realizando um acompanhamento de todo o processo das eleições; organizou as representantes de entidades e designou cadeiras. Salientou também que, que apesar de haver muito trabalho, já há um direcionamento bem estruturado e organizado para a eleição. Na reunião passada, uma das maiores preocupações apresentadas pelas conselheiras foi a dificuldade de conseguir as urnas eletrônicas, que são necessárias por se tratarem de eleições grandes, especialmente por se tratar de um ano de eleições gerais. Contudo, em uma consulta a área técnica, foi verificado que não existem impedimentos legais para o empréstimo por conta do período eleitoral, desde que a data da eleição do conselho não esteja em concomitância com a data das eleições oficiais, sendo aconselhável que a primeira se dê a partir do início de novembro. Em relação as urnas, não há dificuldades, uma vez que o TRE tem por obrigação o fornecimento das urnas fora do período de eleição oficial. Informou também que o prazo para realizar a solicitação com antecedência prévia é até o final deste mês, apresentando uma data oficial. Dito isso, Ana Cristina abriu para que as conselheiras apresentassem suas falas e indicou que saíssem com propostas até o final da reunião. Melissa foi a primeira a dar uma contribuição, e sugeriu que o prazo fosse estendido para as eleições começarem em fevereiro ou março do ano que vem. Dessa forma, haveria tempo para estabelecer um cronograma com maior tranquilidade, visto que as eleições gerais são de grande importância, e propôs, assim, que se elegesse uma comissão na próxima reunião ordinária, para que em dezembro esse cronograma fosse apresentado. Em seguida, a conselheira

Márcia resgatou o que Melissa trouxe e ressaltou a importância das eleições gerais, que acabam por demandar mais tempo de militância das conselheiras. Patrícia também concordou com a fala das duas, e perguntou se a solicitação das urnas tem algum custo e onde são realizadas as eleições. Ana disse que sim, e informou que as eleições são feitas em colégios e subprefeituras. Em seguida, Mariza pediu a palavra para reafirmar também a fala das demais conselheiras a respeito da mudança de datas. Adriana Pereira teve a palavra e considerou que a primeira quinzena de abril seria a melhor data, por conta das programações do dia 8 de março e as conferências a serem realizadas. Em seguida, Ana sugeriu que a comissão eleitoral no pleno do conselho seja montada neste ano ainda; que as 7 conselheiras já se integrassem a comissão para que os trabalhos fossem iniciados, e ressaltou que é interessante pensar a realização da eleição do conselho no primeiro semestre de 2023. Houve uma votação para que o procedimento fosse realizado dessa forma; houveram 17 votos a favor de que se segue este encaminhamento e 6 conselheiras se abstiveram de votar. Desta forma, nessa reunião extraordinária, a deliberação é de que nesse ano, no pleno de agosto, será eleita a composição da comissão, que fica responsável de pensar e estruturar a eleição, a ser realizada no primeiro semestre de 2023. Assim, com a votação, a reunião se encerrou por esgotamento da pauta única.

ATA 09 – 29.08.2022

Aos vinte e nove dias de agosto de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:30. Na reunião em questão, houveram as seguintes solicitações de pauta trazidas pelas conselheiras: formação da Comissão Eleitoral para as eleições do Conselho; Programa Doulas no município; Casa de parto; Projeto Territórios. No entanto, Adriana Matos esclareceu que as três últimas pautas na realidade se tratavam de pautas da reunião da Comissão de Saúde da Mulher, a qual ela havia convidado as demais conselheiras para participar. Esclarecida a controvérsia, a pauta única da reunião então estabelecida foi a formação da comissão eleitoral, que já havia começado a ser debatida nas últimas duas últimas reuniões, em julho e na reunião extraordinária. Ana Cristina sugere que a votação seja iniciada, já que algumas conselheiras manifestaram interesse em compor a comissão, foram estas: Roberta, representante do grupo Mulheres do Brasil (entidade feminista); Eliane de Cássia, representante de MDM - Movimento pelo Direito à Moradia (entidade mista); Fátima dos Santos, representante de UMMS - União dos Mov. de Moradia/São Paulo e Interior (entidade mista) e Adriana Pereira, conselheira regional da zona sul, conforme registrado em ata. Ana Cristina solicita que Heloisa faça um resgate das regras de representatividade, e em seguida, que seja feita uma apresentação formal das candidatas e posteriormente, a votação. Assim sendo, seguindo a lógica da comissão anterior e os termos do Regimento Interno do Conselho, a comissão eleitoral deve ser realizada por pelo menos uma representante de cada segmento, ou seja, 1 (uma) representante do governo, e 3 (três) representantes da sociedade civil, sendo 1(uma) cadeira de entidade feminista, 1 (uma) cadeira de entidade mista e 1 (uma) conselheira de cadeira regional. Em seguida, Márcia indica Cláudia como representante de entidade feminista, entendendo que sua experiência pode vir a agregar muito. Roberta questiona se as quantidades de representantes ditas anteriormente representam o número mínimo ou o número máximo de representantes. Heloisa diz que na experiência anterior em 2019, a comissão possuía uma representante de cada segmento, e que caso haja duas candidatas a cada segmento de representação, o interessante seria escolher apenas uma. Contudo, o regimento não possui nenhuma regra quanto a isso, foi apenas acordado por convenção. A conselheira Cláudia indica a UBM e a UNAS para compor a comissão eleitoral, no segmento de cadeiras mistas. Heloisa relembra que a previsão do calendário é de que a eleição ocorra até o fim do primeiro semestre do ano que vem. Sendo assim, até o momento tem-se as sugestões de composição pelas entidades UBM, Grupo Mulheres do Brasil e entidade mista UNAS, tendo ainda em aberto a vaga para a conselheira representante de governo. A conselheira de governo Patrícia afirmou que na reunião de julho se manifestou não no sentido de demonstrar interesse em participar da comissão, mas que poderia disponibilizar elementos da equipe para subsidiar a discussão. Em seguida, a conselheira questiona quais seriam as principais demandas e as expectativas sobre a representante de governo na comissão, pois demonstrou preocupação por conta de suas demais atribuições na secretaria. Ana esclarece que assumindo a função, é necessário participar das reuniões do comitê, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, além de pensar todo o processo eleitoral, estruturá-lo, acompanhar a votação no dia das eleições, trazer os votos para a secretaria, acompanhar todo o processo de chegada das urnas, verificar os lacres, etc. Assim, orienta a conselheira a pensar internamente se outras servidoras dentro da secretaria teriam maior disponibilidade para integrar a comissão. Tendo essa dúvida esclarecida, Patrícia se coloca e coloca também a Secretaria de Governo Municipal não como parte integrante da Comissão, mas por conta da experiência com o acompanhamento de outras eleições, como ponto de suporte para a Comissão. Assim, a esta altura da reunião, temos o seguinte preenchimento das cadeiras da Comissão: como representantes das entidades feministas, tem-se o Grupo Mulheres do Brasil e União Brasil para Mulheres, com as candidaturas de Roberta e de Cláudia, respectivamente. Como representantes de entidades mistas, tem-se as candidaturas de Fátima, Elaine e a sugestão da conselheira Cláudia que a UNAS também integre essa Comissão. Das conselheiras regionais há apenas uma candidatura

única, de Adriana Pereira, representante da zona sul, e para o governo, ainda não há representantes. Nesse cenário, Heloisa explica que é necessária uma votação para fazer a escolha da cadeira feminista entre Roberta e Cláudia, a escolha da cadeira mista entre Fátima, Elaine e Luciana, representante do UNAS, que se encontrava ausente na ocasião. Além disso, solicita que alguma conselheira representante de alguma das pastas das secretarias se apresente para compor a comissão eleitoral enquanto governo. Em seguida, a conselheira Roberta sugere que o pleno não entre em votação, permitindo que todas as conselheiras que manifestaram interesse façam parte da comissão, garantindo, desta forma, o número mínimo de representatividade, porém trabalhando de maneira mais ampliada. A conselheira também questiona se aquelas que participem da Comissão Eleitoral têm algum impedimento regimental de candidatar-se. A conselheira Fátima afirma que aquelas que fazem parte da comissão não podem candidatar-se. Então, Roberta retira a sua manifestação de interesse de participar da comissão eleitoral porque tem a intenção de se candidatar. O questionamento gerou muitas dúvidas entre as conselheiras, e por isso a reunião teve uma breve pausa para uma conferência ao Regimento Interno do Conselho sobre essa questão. Ao retornar, Ana Cristina esclarece que o regimento não diz especificamente que as integrantes da comissão não podem candidatar-se, e que apenas apresenta critérios que colocam impedimentos de apresentar candidatura. Assim, participar da Comissão Eleitoral não é um impedimento, porque a Comissão não tem como manipular o processo eleitoral. Na realidade, ressalta que de certa forma, é positivo que a candidata participe no processo de formação da Comissão Eleitoral, pois desta maneira, a mesma terá convicção e ciência da lisura das eleições. Heloisa realiza então a leitura dos requisitos e impedimentos da candidatura, presentes no parágrafo 4º art. 4 do Regimento Interno. A comissão eleitoral vai reger e comandar os detalhes e a estrutura das eleições, como por exemplo, como vai funcionar, quais vão ser os pontos de votação, como será o edital de chamamento, a contagem dos votos, as escolhas para sistematização das informações, etc. A conselheira Fátima realizou um comentário dizendo que já participou de várias eleições e Comissões Eleitorais de conselhos e que discorda do fato do procedimento permitir que uma mesma conselheira faça parte da Comissão Eleitoral e seja candidata ao mesmo tempo. Adriana Pereira concorda com a conselheira Fátima, no entanto acredita que a entidade como um todo tem liberdade para se colocar em dois lugares distintos, tanto na comissão eleitoral quanto na aplicação de candidaturas. Cláudia realiza um comentário relembrando que o regimento não trata da matéria e que, ao indicar a entidade para participar da comissão eleitoral, comunica seu afastamento da função da comissão da mesa diretora do conselho, e quem assume é sua suplente. Visto que a mesma vai participar do processo eleitoral, afirma precisar estar imparcial no processo da comissão eleitoral. Também realiza um esclarecimento de que as entidades podem estar na comissão e se candidando ao mesmo tempo, o que é diferente das conselheiras regionais, porque estas últimas devem se candidatar pelo seu próprio nome. Heloisa explica que o Conselho Municipal de Política para Mulheres tem uma especificidade, que são os diferentes segmentos: entidades e conselheiras regionais. Acordando com Cláudia, reitera que as conselheiras regionais não podem fazer parte da Comissão Eleitoral, pois diferentemente das entidades, estão se candidando como pessoa física. Isso não se aplica as entidades mistas, pois pode acontecer de se ter uma representante na comissão eleitoral, e posteriormente, a entidade que foi eleita indicá-la como representante, contanto que se respeite os critérios e a reeleição. Fátima discorda do regimento e diz que no Conselho de Habitação, onde foi candidata, a entidade que a representa precisou indicar outra pessoa para a comissão, pois mesmo se afastando de suas atribuições, a entidade não poderia indicá-la. Afirma que apenas no CPM há essa brecha. Heloisa reitera que a visão de Fátima parte da perspectiva de suas próprias experiências, e que o texto regimental legal aprovado para esse conselho não determina isso, desta forma, não incorre em nenhum tipo de irregularidade. Após discussão, Elaine e Roberta retiraram candidatura. Sendo assim, se estabelece a Comissão Eleitoral formada pelas seguintes conselheiras: Ana Cristina como representante de governo, Cláudia, da União Brasileira de Mulheres, Fátima, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e Luciana, da UNAS, indicação realizada pela Cláudia, como representantes da sociedade civil e Adriana Pereira como representante regional. Logo em seguida, Ana Cristina sugere como encaminhamento a criação de um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação, e como atividade inicial, a revisão do regimento interno para início dos trabalhos. Nesse momento foi aberta uma votação das atas das últimas reuniões, que foram aprovadas por unanimidade, com 15 aprovações e 4 abstenções. Regina Silvério informa que aprova apenas a última ata, pois esteve ausente na reunião anterior. Heloisa informa que houve o envio das respostas dos ofícios da SME e da SMSU em relação ao monitoramento das ações do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, e que estas foram enviadas para os e-mails de todas, para fins de conhecimento. Referente aos ofícios, o Conselho ainda aguarda respostas da SMDet e SMS.

ATA 10 – 26.09.2022

Aos vinte e seis dias de setembro de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:30. No referido horário, também não foi possível observar o quórum necessário e portanto, não foi possível estabelecer a reunião. Informalmente, passou-se a um momento de informes entre as conselheiras presentes.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE SÃO PAULO – CMDCA/SP

PUBLICAÇÃO Nº 085/CMDCA-SP/2022

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo – CMDCA/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8.069/90, torna público o extrato de ata da Reunião Ordinária do dia 31/10/2022.

EXTRATO DE ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA 31/10/2022

Ao trigésimo primeiro dia de outubro de 2022, às 10h20, em reunião online através da plataforma Microsoft Teams, é iniciada Reunião Ordinária do CMDCA/SP, com a presença de quórum mínimo estabelecido regimentalmente:

Conselheiros(as) de Governo: Cleusa Guimarães (SMJ – Titular), Daniel Augusto de Souza Borges (SF – Suplente), Esequias Marcelino da Silva Filho (SMDHC – Titular), Fábio Henrique Salles (SMS – Titular), Gustavo Felício Ferreira Pinto (SMADS – Suplente), Maria Luiza da Silva (SEME – Suplente), Roberto Rocha de Oliveira (SME – Titular) e Wagner Gomes Salomão (SMJ – Suplente).
Conselheiros(as) da Sociedade Civil: Cacilda Santana Modesto (Titular), Carlos Alberto de Souza Junior (Suplente), Fabiana Zacarias Cesário Feitosa (Titular), Fernanda Celi Souza de Oliveira (Titular), Flariston Francisco da Silva (Suplente), Laura Rodrigues (Titular), Marcelo Panico (Titular), Maria Elineuba Bezerra de Souza (Titular), Maria de Fátima Colares Alarcon (Titular) e Melissa Carla Silva (Titular).

Finda a reunião extraordinária, a Presidente inicia a reunião ordinária, com pedido de breve apresentação a ser feita por cada Conselheiro(a) presente na reunião no auditório da SMDHC, no caso, os Conselheiros de Governo, Cleusa, Esequias, Fábio, Daniel, Maria Luiza, Roberto e Wagner, e da Sociedade Civil, Fabiana, Fernanda, Elineuba, Maria de Fátima, Melissa e Marcelo.

O Presidente, Conselheiro Esequias, realiza leitura da nova composição da Mesa Diretora e Comissões Permanentes, aprovada em reunião extraordinária encerrada anteriormente, para ciência dos presentes. A seguir, procede à leitura de pauta da reunião ordinária do dia.

O Conselheiro Marcelo pede a palavra e pede inclusão na pauta do dia, se permitirem, sobre edital FUMCAD 2023, para análise de publicação até o dia 30 de novembro e, para tanto, alinhar fluxo e planejar cronograma. O participante Armando Broggi, representante do Força FUMCAD, pede a palavra e questiona sobre edital de captação para o próximo ano.

O participante João Santo pede a palavra e manifesta preocupação diante da criação de edital para o próximo ano. Ademais, ressalta que não vislumbrou grande participação de entidades na audiência pública sobre projeto de lei sobre o FUMCAD.

O participante Jonatha, primeiramente, parabeniza a Mesa formada e informa que considera importante criação de edital por questão de prazos e logística, pois quando se trata de organizações da sociedade civil, as quais representa no CONDECA-SP, entende que toda OSC quer ter a chance de participar em edital e, se houver edital lançado em novembro, com entrega de projetos para fevereiro, não há motivo para não abrir edital agora.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 8 de novembro de 2022 às 05:00:39